

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE PALMEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR

PLURIACTIVIDAD EN LA AGRICULTURA FAMILIAR EN LA COMUNIDAD PALMEIRINHA EN EL MUNICIPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR

Rogério Michael Musatto

Mestre em Geografia pela UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão
rogeriomussatto@hotmail.com

Roseli Alves dos Santos

Doutora em Geografia / Docente da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão
roseliasantos@gmail.com

Resumo

O presente texto traz resultados de pesquisa desenvolvida durante o mestrado em geografia no período de 2014 a 2016, defendida junto ao programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste campus de Francisco Beltrão, com bolsa concedida pela CAPES. A pesquisa buscou-se compreender a importância econômica de atividades não-agrícolas para famílias de agricultores e agricultoras da comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara d'Oeste, localizada na Mesorregião Sudoeste Paranaense. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a realização de entrevistas com 60 famílias da referida comunidade. O texto destaca ainda as formas de organização das unidades produtivas familiares pluriativas que representa, no caso estudado, uma forma para a manutenção das mesmas no campo a partir da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas internas e externas a unidade de produção. A realização da pesquisa evidenciou que tal estratégia foi constituída em virtude das mudanças estruturais no campo, das relações intensificadas com as cidades, além das próprias dinâmicas internas nas unidades e nas famílias agricultoras.

Palavras - chave: Pluriatividade. Agricultura Familiar. Itapejara d'Oeste.

Resumen

El presente texto trae resultado de La búsqueda desarrollado en el mestrado en geografía, en el que se busca comprender la importancia económica de las actividades no agrícolas para las familias de agricultores en la comunidad de Palmeirinha, en el municipio de Itapejara d'Oeste, Suroeste paranaense. La metodología utilizada fue una revisión de la literatura y entrevistas con 60 familias de esa comunidad. También destaca este texto las formas de organización de las unidades de producción familiar investigados derivados del desarrollo de la pluriactividad, que es en el caso estudiado una forma para el mantenimiento de las familias en los espacios rurales a partir de la conjunción de actividades agrícolas y no agrícolas internas y externas a la unidad de producción. Esta estrategia fue construido debido a los cambios estructurales en el campo, de las relaciones

mejoradaconlascuidades, además de las propias dinámicas internas propiasenlas unidades de producción.

Palabras - clave:Pluriactividad. Agricultura Familiar.

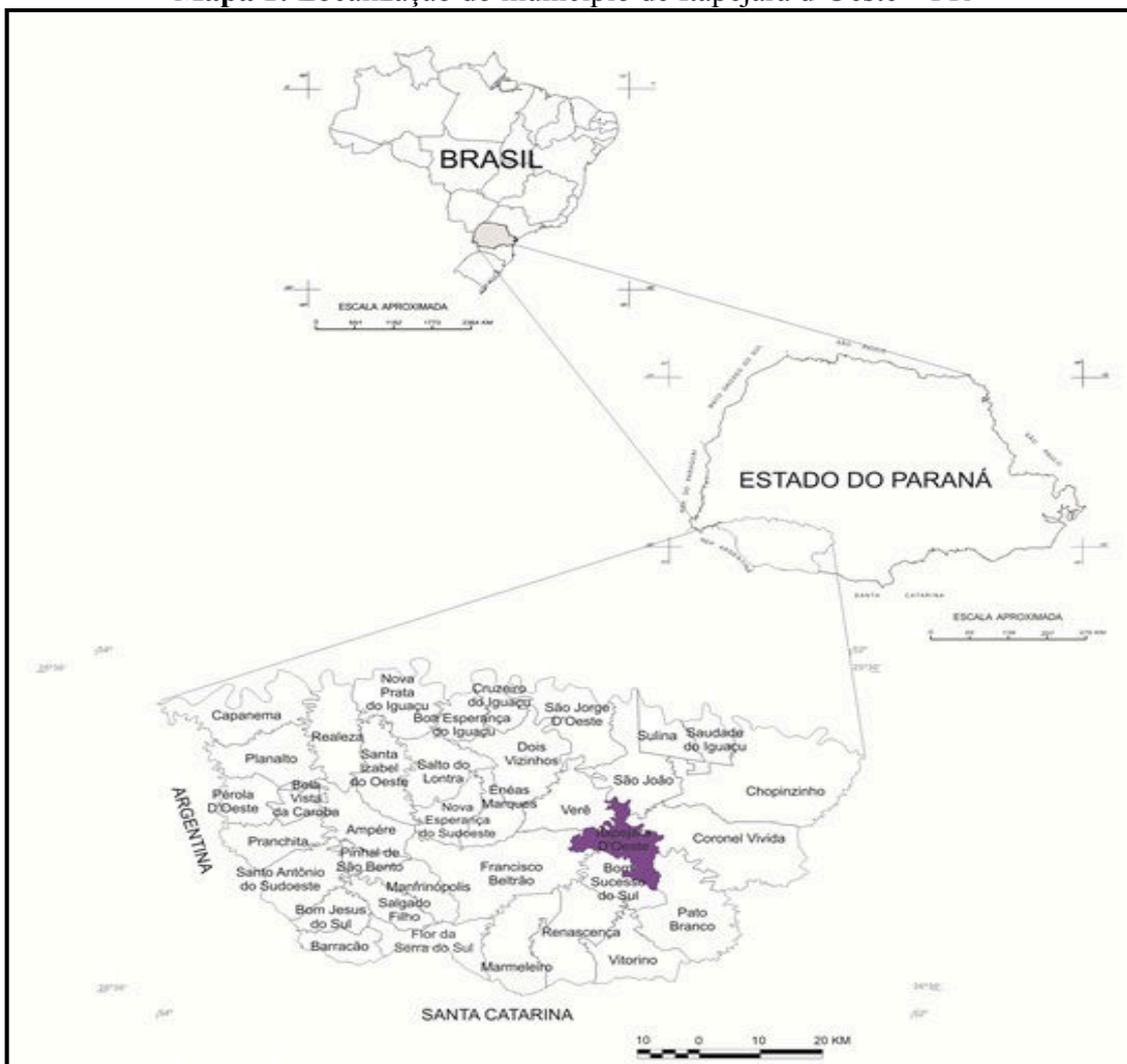
Introdução

Compreendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto internas quanto externas às unidades de produção, a pluriatividade na agricultura familiar além de representar uma estratégia da família pode ser compreendida como uma dinâmica decorrente de mudanças estruturais no campo, as quais foram intensificadas a partir do processo denominado modernização da agricultura. A aproximação territorial entre campo e cidade é um outro elemento de destaque na dinâmica da pluriatividade.

É essa dinâmica que se busca apresentar, tendo como local de pesquisa a comunidade Palmeirinha, no município de Itapejara D'Oeste, região Sudoeste paranaense, ver mapa 1.

No caso estudado a localização da comunidade em relação à cidade se constitui em um elemento fundamental para a efetivação da pluriatividade, pois na perspectiva de uma análise geográfica, a espacialidade é compreendida a partir das ações dos sujeitos entre si e com os espaços de acordo com as diferentes relações de poder existentes. Desta forma as decisões internas das famílias pluriativas, bem como os fatores externos, constituem-se em implicações territoriais que influenciam a efetivação da pluriatividade na agricultura familiar.

A comunidade Palmerinha (Itapejara d'Oeste/Paraná/Brasil) é constituída por pequenas unidades de produção familiar, nas quais são desenvolvidas atividades agropecuárias cujas pauta de produtos ou a forma de produção, de maneira em geral, seguem a dinâmica da agricultura brasileira. São unidades nas quais se verifica a vinculação, completa ou incompleta, da produção ao processo de modernização da agricultura, como o uso intenso de máquinas e insumos e de capitais para produção destinada ao mercado, seja no caso da produção de grãos ou da produção leiteira, especialmente nas unidades de maior extensão de terras. Contraditoriamente, o mesmo processo de modernização promove a marginalização de pequenas unidades de produção e fomenta o desenvolvimento de estratégias para a permanência dos agricultores e agricultoras familiares no campo.

Mapa 1: Localização do município de Itapejara d'Oeste – PR

Mapa base: IBGE. Org: Rogério Musatto. 2016.

Assim a conjugação de trabalhos agrícolas e não agrícolas é compreendida como estratégia territorial de agricultores e de agricultoras e, ao mesmo tempo, como consequência, a partir da intensificação de processos de alterações produtivas e organizacionais no campo. A pluriatividade na agricultura familiar está situada em meio a mudanças que não ocorrem somente no campo, mas também nas cidades que apresentam ligações e relações intensas com o campo.

Neste sentido, a compreensão da pluriatividade remete a da caracterização da agricultura familiar e de seus arranjos territoriais relacionado a dimensão econômica, mas também cultural e política.

As próprias estratégias de atuação das famílias de agricultores são mais facilmente compreendidas após uma apresentação das principais características da agricultura familiar, devido à complexidade de combinações e arranjos familiares que essa categoria apresenta.

A partir da intensificação das relações capitalistas no campo brasileiro, ocorre a atuação tanto econômica quanto política de diversos agentes/atores, como o Estado, empresas e capitais, bem como de organizações sociais e sindicatos, condicionando para as atuais formas de organização territorial.

A modernização da agricultura, acentua uma diferenciação entre unidades familiares, tanto em termos de integração parcial aos processos produtivos quanto na marginalização e não participação dos circuitos produtivos às quais as atividades agrícolas se estruturam.

O papel decisivo de alguns agentes territoriais, principalmente o Estado e o capital, materializado nas empresas que atuam no setor agrícola, são responsáveis pela atual organização territorial do campo brasileiro.

Ao mesmo tempo, ocorre uma dispersão industrial pelo território nacional, perceptível no município de Itapejara D'Oeste, onde as atividades agrícolas que se mostravam absolutas até duas décadas anteriores passam a apresentar estabelecimentos industriais e comerciais fomentadores dessas atividades.

São, sobretudo, agroindústrias beneficiadoras, mas também comercializadoras de máquinas e demais insumos exigidos para a produção, além de uma ampla cadeia responsável pela logística agrícola.

Esses elementos são aqui compreendidos como potencializadores das relações territoriais campo cidade e, conseqüentemente, influentes nas diversificações econômicas de agricultores familiares, sendo que a oferta de postos de trabalho próximo às unidades de produção é vista como contribuintes para a inserção dos mesmos.

Além disso, as próprias estratégias internas das famílias de agricultores, como a sub-ocupação da força de trabalho na unidade de produção, a incapacidade de manutenção apenas com atividades agrícolas e fatores como tamanho da unidade fazem com que ocorra essa diversificação das atividades e fontes de renda das famílias de agricultores.

Na comunidade de Palmeirinha, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Itapejara D'Oeste, moram 120 famílias de agricultores e para realização

da pesquisa foram entrevistadas 60 famílias delas entre os dias 24 de setembro e 16 de outubro de 2015.

Para realização desta pesquisa a localização da comunidade e a permanência das famílias nas pequenas unidades de produção familiar no campo, onde há predomínio de uma agricultura modernizada representam elementos que justificaram a escolha da referida comunidade para desenvolvimento a pesquisa.

Pluriatividade uma estratégia territorial dos agricultores familiares

A pluriatividade como estratégia territorial das famílias agricultoras pesquisadas é onde se desenvolvem as relações materiais e imateriais das diferentes formas do poder, no mesmo sentido que afirma Raffestin (1993) ao conceituar o território e as relações que o constitui. É neste sentido, ainda, que o presente trabalho buscou demonstrar que à intensificação de práticas capitalistas no campo, fomentam a saída do campo, enquanto que a pluriatividade se coloca nesta seara como estratégia de permanência. Logo, a partir da configuração e concretização das atuais formas organizacionais de produção e das dinâmicas sociais no campo brasileiro, pode-se pensar nas mesmas como resultado de uma constante disputa de poderes e de interesses tanto do Estado quanto do capital e dos movimentos sociais e/ou sindicais.

Nesse sentido, o conceito de território e o debate sobre os processos de territorialização do capitalismo no campo fundamentam a pesquisa no plano teórico-metodológico da análise geográfica. Para tanto, foram utilizadas publicações de pesquisas e reflexões desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) da Unioeste, campus de Francisco Beltrão, com destaque para Saquet (2007, 2011), Santos (2008), Flavio (2011), Candioto (2004, 2007).

Partindo das ideias de Raffestin (1993) o território é compreendido como:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (p. 144).

No mesmo sentido para Saquet (2007), “o território, dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma

territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (p.76).

Santos (2008), destaca que a presença de uma forma de produção baseada em um modelo predominante na agricultura brasileira, decorrente da lógica empresarial de setores privados da economia internacional, apoiada por setores nacionais da indústria, comércio e sistemas financeiros e no Estado, não são condizentes com as pequenas unidades de produção familiar e, por isso, tendem a fomentar o êxodo rural. Logo, a permanência dos pequenos agricultores, se apropriando de mecanismos destas lógicas ou em outras formas, como a pluriatividade, é também uma forma de disputa territorial.

Há um movimento de territorialização que é histórico e transescalar, envolvendo muitos indivíduos e lugares; a edificação de redes de circulação e comunicação; o controle da produção e do mercado; a atuação do Estado através de subsídios diversos, entre outros elementos que estão sempre presentes na expansão do modo capitalista de produção. (SAQUET; SINHORINI, 2008, p.191).

São manifestações territoriais, portanto, que se apresentam no campo, onde diversos atores provocam modificações/alterações, sendo que a agricultura familiar participa desse processo, tanto criando estratégias de permanência como sendo fortemente influenciada para adoção de modelos dominantes. Neste sentido, nas organizações das unidades familiares há um campo de disputas de interesses e de concepções políticas, culturais e econômicas envolvendo o processo de produção.

A pluriatividade do ponto de vista da concretude da agricultura familiar pode ser considerada uma alternativa para reprodução dos sujeitos destas unidades de produção que se caracterizam, na região estudada conforme Santos (2008), pela extensão territorial e pela organização interna baseada no trabalho da família. Visto que a partir do território estudado as pequenas unidades são influenciadas pela denominada agricultura modernizada e, nem sempre conseguem incorporar as técnicas e formas de organização de modo a alcançar os rendimentos previstos, nesse sentido o desenvolvimento de atividades não-agrícolas aparece como uma estratégia econômica dos sujeitos das pequenas unidades familiares.

“Isso não significa que outras formas sociais de uso da terra e do trabalho, que não as familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução ou mesmo de ampliação de fontes de renda” (SCHNEIDER, 2003, p.91).

Maso desenvolvimento de uma atividade não-agrícola tem um peso ou representação maior para pequenas unidades, podendo, inclusive, ser decisiva economicamente.

Pensar nas inúmeras formas de organização e atuação territorial das famílias que têm por base pequenas unidades de produção no campo, significa considerar as relações de poder atuando, contribuindo e condicionando para determinada estratégia de atuação dos agricultores.

A partir dos debates teóricos apresentados por autores que pensam na formação e transformação territorial, principalmente Saquet (2007, 2011) e Raffestin (1993), onde os mesmos compreendem um determinado território como portador de múltiplas territorialidades que se relacionam na sua criação e/ou modificação, dessa maneira se tem o campo como resultado e local que apresenta inúmeras estratégias territoriais.

Essas construções/alterações territoriais têm influências de atuações tanto do Estado quanto do mercado econômico concretizado nas empresas e capitais, nas próprias estratégias individuais e/ou familiares que os indivíduos desenvolvem cotidianamente, sejam elas no campo ou na cidade.

Dessa maneira, consideram-se fatores exógenos e endógenos às unidades de produção como contribuintes/condicionantes para o desenvolvimento de outras atividades além dos agrícolas.

A adoção da pluriatividade por parte da família rural depende das estratégias e anseios de cada família, porém, apesar de diversas atividades pluriativas serem desenvolvidas a partir da iniciativa de famílias rurais, a origem da maior parte das atividades não agrícolas para a população rural está ligada à oferta de empregos provenientes de empresas que não são de propriedade dos agricultores familiares, como indústrias e outras empresas que se instalam no meio rural, e que buscam mão-de-obra barata e próxima (CANDIOTTO, 2007b, p.206).

Neste contexto, pode-se ainda considerar a presença de uma agricultura modernizada, suas redes de circulação e informação, assim como suas influências políticas e econômicas. A participação territorial da agricultura familiar, suas formas de organização política e relações com a natureza, assim como as inúmeras estratégias de resistência e sobrevivência no campo.

Essas duas realidades não devem ser vistas como antagônicas e excludentes, mas sim se relacionando e influenciando, pois se trata de formas de organização técnica da produção no caso da agricultura modernizada, e, por outro lado, uma base social na agricultura familiar.

A partir das estratégias individuais e ou familiares, portanto: “Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.153).

“Relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado em suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na igreja... enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007, p.25). As diferentes relações acabam por se transformar em tramas territoriais, as quais possibilitam a efetivação da pluriatividade.

Seguindo esse raciocínio, têm-se as territorialidades como “relações sociais e apropriação num primeiro nível”, como afirma Saquet (2011), podendo ser traduzidas como manifestações da vida cotidiana praticada e/ou condicionada por agricultores familiares em seus territórios/locais de interação social, cultural, econômica e com a natureza, sendo a pluriatividade compreendida como produto e condicionante para a concretização de determinado território, ou seja, como uma territorialidade ou estratégia territorial.

“A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2007, p.129).

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2007, p.129).

Dessa forma, as mudanças territoriais como a precarização da vida, principalmente em unidades de produção onde a integração as formas produtivas modernas não se realizam por completo, são compreendidas como fatores importantes para o desenvolvimento da pluriatividade.

Ciente dessa complexidade de fatores e relações, compreende-se as estratégias da pluriatividade ao mesmo tempo condicionada por fatores externos como também uma expressão de decisões internas às famílias de agricultores.

Pluriatividade - características teóricas conceituais

De acordo com a definição de Schneider (2003), a pluriatividade se efetiva na integração através de relações sociais e econômicas das famílias e suas unidades produtivas com a organização agrária e com setores urbanos mercantis.

A noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 2003, p.79).

Essa ideia remete a necessidade de compreensão dos fatores internos às unidades de produção e à família e das dinâmicas externas, como a organização estrutural do campo ou ainda a proximidade física ou comercial/econômica com outras atividades como alerta Candioto (2007).

A diversificação de tais atividades é compreendida a partir das diferentes ocupações em que cada membro se insere, porém, geralmente apresentando uma atividade agrícola na unidade com a realização de outra não-agrícola externa.

Nesse sentido, Schneider (2003) apresenta as ideias de Fuller (1990), compreendido como uma referência mundial no debate teórico sobre pluriatividade: “Refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas” (SCHNEIDER, 2003, p.79). Nesse sentido:

A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p.23).

A diminuição do uso da mão de obra e do tempo de trabalho nas atividades agrícolas, a partir do processo de modernização da agricultura, são fatores que contribuem para o desenvolvimento da pluriatividade. Como observado na pesquisa realizada em Itapejara d'Oeste e em estudos como de Santos (2008), o processo de modernização na região sudoeste do Paraná não é apropriado às pequenas unidades de produção, cuja atividade modernizada requer subsídios, especialmente de créditos, para sua efetivação. É neste sentido que se verificou que as unidades pesquisadas necessitam de outras fontes de renda para a manutenção de seus membros, os quais em função da estrutura do

mercado agrícola e das condições internas das famílias e do estabelecimento agropecuário, encontram na pluriatividade tal alternativa.

Sobre a diversificação de atividades como estratégias de reprodução, Candiotto (2007 b) especifica que as mesmas passaram de estratégias decorrentes de fatores internos à unidade para uma imposição externa a partir da intensificação de atuação das relações capitalistas, tanto no campo quando na cidade.

O espaço rural, que durante o fordismo restringia-se a cumprir funções produtivas agrícolas, incorpora novas atribuições e surge como lócus de múltiplas atividades produtivas. Entre as novas funções do espaço rural, estaria o consumo de bens materiais e simbólicos (propriedades, festas, gastronomia) e serviços (ecoturismo, turismo rural, atividades ligadas à preservação ambiental) (CANDIOTTO, 2007. p.105).

Para o autor, trata-se de consequências de mudanças estruturais a partir dos movimentos globais econômicos. “Tal diversificação está vinculada ao mercado e, portanto, aos interesses dos agentes hegemônicos do capitalismo global” (CANDIOTTO, 2007 b, p.197).

Na comunidade pesquisada foi possível verificar que as estratégias internas, as famílias e mesmo da unidade de produção, para o desenvolvimento de atividades não agrícolas possuem duas características: uma como fundamental para subsistência, não sendo mais possível somente pelas atividades agrícolas internas, e uma segunda característica como complementação da renda em unidades tecnificadas com subocupação da força de trabalho, isto é: unidades que não ocupam totalmente sua força de trabalho internamente.

No entanto, mesmo sendo duas características a partir de decisões internas, as famílias são influenciadas pelas transformações e intensificação das relações capitalistas no campo. As desigualdades manifestadas levam tanto a uma tecnificação com a redução da mão de obra quanto à impossibilidade de produção em unidades marginalizadas, como se percebe através das leituras de Graziano da Silva (2002).

Schneider (2003) destaca os casos de pluriatividade, em que a permanência de certas relações com o espaço rural, sejam elas atividades agrícolas e cotidianas à família, existem como características, apesar das transformações decorrentes dessa dinâmica.

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive

produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Apesar da permanência das atividades agrícolas nas unidades pluriativas, como apontado por Schneider (2003), as mesmas muitas vezes perdem importância como atividade central. Porém, deve-se ter alguns cuidados quando se analisa a importância econômica das atividades agrícolas, pelo fato de que, apesar de geralmente necessitar de uma reduzida força de trabalho, ainda pode representar um peso econômico considerável para a família, justamente pela incorporação técnica e capital financeiro para o seu desenvolvimento.

Já na análise geográfica de Anjos (2003), de acordo com Candiotto (2007b, p.198), “para apreender as várias manifestações da pluriatividade, é preciso considerar as especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais de cada país”.

Candiotto (2007b) mostra que a leitura de Anjos (2003) é fundamentada por uma compreensão da pluriatividade a partir de influências microestruturais e macroestruturais, a primeira de influência marxista e a segunda Chayanoviana:

Anjos (2003) mostra-se adepto a uma terceira corrente que busca fundir as duas concepções acima. Nesta, predominam duas premissas: a) é o grupo familiar a unidade de análise, de modo que o interesse maior está na compreensão da dinâmica da família agrária relacionada à sua interação com forças externas; b) há necessidade de conciliar o nível macro com o micro (CANDIOTTO, 2007b, p.199).

Sendo assim, Anjos (2003) *apud* Candiotto (2007b) entende a pluriatividade como decorrente da inserção da agricultura em um contexto de transformações provenientes de diversas escalas, sendo manifestada e compreendida como:

(...) um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (ANJOS, 2003 *apud* CANDIOTTO, 2007b, p.198).

As dinâmicas internas e as estratégias que cada família ou membro desenvolve são decisivas para as práticas de pluriatividade, “porém tais estratégias são profundamente influenciadas por oportunidades e ações provenientes de elementos externos à unidade familiar, seja na esfera econômica, cultural ou política” (CANDIOTTO, 2007b, p.199).

Apesar de diversas famílias rurais trabalharem para sua subsistência e terem uma relativa autonomia em relação aos mercados, não podemos aceitar a falsa ideia de que, nesse mundo globalizado, os agricultores familiares não são influenciados por técnicas, normas, objetos e ações externos à sua unidade de produção e vida familiar (CANDIOTTO, 2007 b, p.199).

Schneider (2003) compreende a família pluriativa como sendo um núcleo em que um ou mais membros desenvolvem uma atividade não-agrícola. Dessa forma, a família pluriativa é: "em primeiro lugar, a combinação de mais de uma atividade, sendo uma delas na agricultura, tendo em vista tratar-se de agricultores familiares pluriativos" (p. 175).

Com base nas conceituações apresentadas a pluriatividade é uma estratégia das famílias, com uma perspectiva territorial quer seja no que se refere aos elementos espaciais de localização e tamanho das unidades de produção, quer seja pelas relações de poder que interferem diretamente no processo organizativo das famílias e dos estabelecimentos. A efetivação da pluriatividade por sua vez interfere, como observado na Comunidade de Palmeirinha em Itapejara d'Oeste, na dinâmica local exigindo meios de acesso a outros espaços, alterando as dinâmicas internas da comunidade, como por exemplo, horários de reuniões e de lazer de seus membros.

A existência de famílias pluriativas, historicamente falando, não é uma dinâmica nova, conforme destacado por Schneider (2003) e Candiotta (2007). O que parece pertinente, de acordo com as leituras de Schneider (2003), e mesmo com os autores anteriormente citados, é a intensificação dessas práticas e até mesmo a ampliação de condições e condicionantes responsáveis pelo aumento dessa dinâmica social no período atual. Dessa forma, pensa-se no surgimento e evolução do conceito nas ciências sociais justamente pela necessidade explicativa da realidade.

Percebe-se a partir das leituras realizadas que o conceito de pluriatividade passa a ser usado, nas ciências humanas e sociais, a partir da necessidade de explicação de uma dada realidade, cada vez mais presente no campo, em que a interação campo-cidade se mostra intensa nas últimas décadas.

No entanto, o diferencial atual reside na maior tecnicização do rural, que vem conduzindo a um rápido crescimento de atividades não agrícolas no espaço rural (indústrias, atividades de lazer e turismo, condomínios residenciais), bem como à busca de empregos em cidades, distritos industriais e outros espaços, por parte de membros de famílias rurais, como forma de complementar a renda proveniente da agricultura (CANDIOTTO, 2007 b. p.205).

São novas condições territoriais, como no Sudoeste paranaense, onde, por mais que as atividades fora das unidades de produção se faziam presentes desde a organização territorial inicial, é nesse período histórico que tanto a modernização da agricultura quanto a oferta de postos de trabalhos urbanos se mostram mais significativos.

Tendo por base as características diferenciadas de cada período histórico, Schneider (2003) faz referência a autores clássicos da questão agrária para compreender a existência e ocorrência da pluriatividade presente nas formações sociais e agrárias estudadas pelos mesmos.

É nos trabalhos de Kaustsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas”, entendidos como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários e camponeses (SCHNEIDER, 2003, p.80).

Candioto (2007b), analisando a teoria de Kaustsky sobre o futuro do campesinato a partir da intensificação capitalista no campo, entende a pequena agricultura como uma reprodução marginal necessária ao desenvolvimento e sustentação da reprodução capitalista no campo.

Para o autor, Kaustsky prognosticou uma subordinação gradual e lenta da agricultura pela indústria e a disponibilização da força de trabalho caberia aos pequenos camponeses.

A manutenção da existência do campesinato estaria ligada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois estes continuariam responsáveis pelo fornecimento de força de trabalho para as unidades produtivas maiores (industrializadas) (CANDIOTTO, 2007 b, p.99).

Outro autor a analisar a questão agrária foi Alexander Chayanov, o qual apresenta a ideia de “outras atividades não-agrícolas” como contribuintes para as análises históricas da pluriatividade.

As necessidades e dinâmicas internas das unidades de produção seriam de fundamental importância e decisivas para o desenvolvimento do que Chayanov classificou como outras atividades não-agrícolas, ou seja, de acordo com sua teoria da unidade econômica camponesa, caso não existisse um equilíbrio entre trabalho e consumo nas unidades de produção, as atividades não-agrícolas apareceriam como variável a partir dessa necessidade interna.

Ainda nas leituras de Schneider (2003) sobre a teoria de Chayanov, a existência de atividades não-agrícolas pode variar de acordo com o ciclo demográfico familiar, ou

seja, depender da disponibilidade de membros familiares com maior aptidão interna ao trabalho ou não.

Porém, não somente essa característica seria decisiva, sendo que: “nesse caso, é preciso considerar os elementos técnicos que influenciam a produção, por que a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de braços antes mencionada” (SCHNEIDER, 2003, p.83).

Dessa forma por mais que os autores clássicos da questão agrária faziam referência ao desenvolvimento de atividades externas por pequenos agricultores, se acredita que o aumento da oferta de postos de trabalho, a partir das relações campo cidade, assim como a reorganização das atividades referentes a agricultura a partir principalmente da segunda metade do século passado, fez com que os próprios agricultores familiares modificassem suas formas de atuação. São adaptações a organização territorial apresentando uma complexidade de arranjos e atuações que somente um termo mais abrangente poderia dar conta dessa realidade.

A pluriatividade: da família e/ou da unidade de produção

A pluriatividade é uma dinâmica territorial que implica em mudanças nas unidades familiares, quer seja na forma de organizar os trabalhos internos ao estabelecimento para realização das tarefas agrícolas, quer seja na relação de seus membros com a comunidade na qual está inserida, como foi possível verificar durante a realização da pesquisa na Comunidade estudada.

O ritmo de trabalho, bem como o de vida, é cada vez menos influenciado pelas atividades agrícolas, ocorrendo uma adaptação da organização do trabalho e dos ritmos familiares pela atividade desenvolvida, que pode ser em setores urbanos.

Além das alterações de horários, ocorrem algumas alterações nas relações pessoais familiares, bem como a queda de importância das atividades agrícolas e da unidade de produção para o desenvolvimento da vida dos membros.

Dessa forma, percebe-se a família como unidade de análise capaz de mostrar, além das características internas, algumas influências externas fundamentais para a ocorrência da pluriatividade.

"Parte das famílias rurais como unidades nas quais a presença da pluriatividade deve ser entendida como um ponto de partida para a reflexão sobre o próprio funcionamento e as características da agricultura familiar" (SCHNEIDER, 2003, p.100).

A opção pela família como unidade de análise parece pertinente à preocupação de Candiotto (2007 b), que considera fatores como a expansão de postos de trabalho e ocupações não-agrícolas no meio rural ou próximas, combinados com as dificuldades dos pequenos agricultores de se inserirem nos circuitos produtivos da agricultura modernizada, contribuintes significativos para a ocorrência da pluriatividade. Porém caberia a decisão da família para o desenvolvimento ou não dessa dinâmica, a qual decorre, muitas vezes decorre da necessidade de ampliação da renda familiar.

Schneider (2003), em uma análise a partir das estratégias de unidades familiares, compreende que: "É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares" (SCHNEIDER, 2003, p.109).

O que pode ser observado na comunidade estudada é que a pluriatividade não se manifesta apenas em unidades precarizadas em termos econômicos, mas também nas mais dinâmicas em termos de capitais e técnicas, evidenciando assim o quanto a dinâmica é multifacetada e complexa.

O que ajudaria a compreender essa multiplicidade de características da pluriatividade seria uma leitura do tempo e espaço em que cada situação se manifesta, justamente para compreender os fatores externos à família e à unidade que levam os membros a desenvolver uma atividade não-agrícola em outro setor econômico, sendo que muitas das características territoriais em que autores contemporâneos fazem suas análises não se faziam presentes em outros períodos históricos.

Assim, as unidades familiares pluriativas, devem ser analisadas pelas particularidades da própria agricultura familiar, suas modificações e adaptações a determinadas condições territoriais e, a partir desse ponto, o desenvolvimento de atividades presentes em seu tempo histórico.

Características territoriais e casos de Pluriatividade na Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste – PR

O município de Itapejara D'Oeste, emancipado em 1964, está localizado na região Sudoeste paranaense. O mesmo apresenta uma dinâmica semelhante aos demais municípios da região em relação ao processo de ocupação a partir da frente de migração nas décadas de 1940 e 1950, além de características econômicas e sociais com destaque para as atividades agrícolas e a predominância de pequenas unidades de produção em extensão, baseadas no trabalho familiar.

Em termos gerais, Itapejara D'Oeste apresenta uma população de 11.335 habitantes em 2014, e uma área de 254,014 Km², sendo o 15º município mais populoso da mesorregião.

Ao analisar a evolução histórica da população de Itapejara D'Oeste, de acordo com os dados dos Censos Demográficos do IBGE, constata-se uma estagnação entre 1970 e 1980, seguida de uma queda nas décadas de 1980 e 1990, e somente nos anos anteriores a 2010 observa-se um leve crescimento na população total do município.

Esse crescimento nos últimos anos, deve-se significativamente à presença de empresas ligadas ao setor agropecuário, como cooperativas e cerealistas, e no estabelecimento de agroindústrias ligadas ao setor de avicultura, industrialização de carnes e fabricação de rações, com destaque para a empresa Anhambi, que passa a ofertar postos de trabalho, tanto direta quanto indiretamente, a partir do ano 2000.

“A criação do frigorífico Anhambi (atual Agrogen), no ano de 2000, tem destaque, principalmente na geração de empregos, pois absorve um contingente significativo de trabalhadores e movimentou o comércio e os serviços locais” (MEIRA, 2013, p.51).

A existência de uma cadeia de produção no município, com aviários, para frangos de corte e matrizes fomenta um dinamismo no setor, que representa 26% dos valores referentes ao total da produção agropecuária. O município tem o segundo lugar na região sudoeste referente a valores de exportação, com US\$ 77,7 milhões em 2014, de acordo com dados do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Essa organização produtiva se constitui em um fator que contribui para um aumento da população na área urbana do município. Assim como se observa nas análises

populacionais da região Sudoeste paranaense, constata-se uma inversão rural urbana nos anos 1990 em Itapejara D'Oeste.

O aumento da população urbana municipal se apresenta a partir da década de 1970. No início daquela década eram 2.146 pessoas na cidade e a partir de então ocorre um aumento constante atingindo em 2010 um número de 6.987 habitantes.

Já em relação à população rural, a situação contrária pode ser observada: enquanto em 1970 era de 7.929 pessoas, em 2010 o campo contava com 3.544 habitantes, ocorrendo assim uma perda significativa até as décadas recentes.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 existiam 999 estabelecimentos agropecuários em uma área de 20.053 hectares no município, dos quais 987 eram classificados como de propriedade individual, ou seja, 98,8% dos mesmos.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário, dos 999 estabelecimentos, 885 eram pertencentes à agricultura familiar¹, representando assim a grande maioria ou 88,5% dos estabelecimentos do município. Em termos de estrutura fundiária os estabelecimentos de 0 até 20 ha, representam 75,7% ou 757 do total, representando um expressivo número de pequenos estabelecimentos.

As atividades praticadas nas unidades de produção, de acordo com as análises do Censo Agropecuário de 2006, resumem-se em sua maioria aos cultivos agrícolas temporários, tendo no milho e soja as culturas mais significativas. E ganha destaque a produção pecuária.

Nessa realidade territorial, as unidades familiares incorporam técnicas modernizadas nas atividades agrícolas desenvolvidas, e apresentam diferentes tipos de arranjos familiares em termos de fontes de renda e formas de organização, a partir dessas combinações é que as atividades não-agrícolas se fazem presentes.

O município de Itapejara D'Oeste apresenta um percentual de unidades com membro(s) desenvolvendo atividades econômicas fora do estabelecimento de 21,12%, um pouco maior que a média regional, de 20,19%, de acordo com dados do IBGE em 2006.

Já na comparação de unidades de produção que apresentam membros em atividades não-agrícolas fora, a média de Itapejara D'Oeste é ainda maior que a regional, 20,42% das unidades e 13,78% no Sudoeste paranaense. Esse percentual refere-se à inserção de agricultores em atividades econômicas como indústria, construção civil e

comércio, de acordo com os dados do Censo Agropecuário, em 2006, o número de unidades com membros desenvolvendo atividades não-agrícolas fora das mesmas era maior que a média regional.

Nesse sentido, a proximidade territorial e as próprias relações estabelecidas entre campo e cidade são contribuintes para a ocorrência da pluriatividade na agricultura familiar. Tais características se constituíram em um dos indicadores para definição da comunidade de Palmeirinha em Itapejara d'Oeste como espaço para a realização da pesquisa.

Com um centro comunitário situado a aproximadamente 3 km da cidade e cujas unidades de produção mais distantes estão situadas a uma faixa de 15 km do perímetro urbano de Itapejara D'Oeste a comunidade Palmeirinha mantém uma relação de proximidade tanto física quanto econômica e social com a cidade, fator considerável quando se estuda a pluriatividade na agricultura familiar.

Da mesma forma, a proximidade física com a cidade, a oferta e o acesso a locais de trabalho são fatores territoriais perceptíveis na comunidade de Palmeirinha, que apresenta uma agricultura com características de produção modernizada, predominante nos estabelecimentos de maior extensão de área, os quais geralmente apresentam também outras atividades agrícolas altamente integradas a mercados, como, por exemplo, avicultura e pecuária leiteira.

Sendo assim, as principais formas de organização da agricultura familiar se fazem presentes na maioria das unidades de produção da comunidade, como no tamanho, geralmente pequenas unidades, na utilização de mão de obra familiar como base, na sucessão de posse da unidade por herança, dentre outras.

Principais características das famílias pesquisadas

A comunidade Palmeirinha é composta por 120 famílias de agricultores e para realização da pesquisa sobre a pluriatividade foram entrevistadas 60 famílias entre os dias 24 de setembro e 16 de outubro de 2015. A metodologia utilizada foi baseada em um questionário com questões objetivas e subjetivas, acompanhadas de entrevistas aos membros da comunidade, conforme indicação dos moradores. A partir desta indicação foram pesquisadas 29 famílias não pluriativas e 31, cujo pelo menos um membro da família era pluriativo.

Sobre a participação nas atividades da comunidade, 91,6% das famílias pesquisadas afirmam participar, principalmente das atividades da Igreja Católica, uma característica predominante na região de acordo com Santos (2008) e que é responsável pela vida social da comunidade, com a participação nas celebrações religiosas e festivas a partir desta organização. É no espaço da igreja que as pessoas da comunidade são informadas das atividades do município, não somente em termos religiosos, mas de outras questões.

Também a organização política da agricultura familiar, em especial em relação ao financiamento, no município é uma característica de destaque, pois 56,6% declaram ser associados a alguma cooperativa de crédito e 45% das famílias pesquisadas tem algum tipo de financiamento para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

A tranquilidade de moradia é um fator que contribui para que 85% dos pesquisados declarassem não ter intenção de sair em direção à cidade, sendo que 96,6% afirmam gostar do campo como local de moradia.

São famílias que, na maioria dos casos, habitam a comunidade há mais de 20 anos, muitos nasceram no local de moradia, sendo que 35 famílias, ou 58,3% das pesquisadas, declaram habitar no local há mais de 20 anos; 10 famílias entre 10 e 20 anos habitando o local; 10 entre 5 e 10 anos, e entre as subdivisões 3 a 5 anos e menos de 3 anos aparecem 3 e 2 famílias, respectivamente, como observado na Tabela a seguir.

Tabela 1: Famílias entrevistadas – Tempo habitando no local

	Número de Unidades	Percentual
Menos de 3 anos	2	3,3%
Entre 3 e 5 anos	3	5,0%
Entre 5 e 10 anos	10	16,6%
Entre 10 e 20 anos	10	16,6%
Mais de 20 anos	35	58,3%

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

O tempo de moradia no local de pesquisa expressa, de acordo com as análises teóricas, situações de territorialização na comunidade, a partir da convivência e relacionamento entre os membros e famílias que habitam no local. Fator esse que pode ser decisivo para a permanência desses agricultores, mesmo em unidades de produção com pouca importância em termos econômicos para a família.

Uma característica importante a destacar na comunidade é o caráter de propriedade da terra. Dentre as 60 famílias pesquisadas, 45 são proprietárias da unidade,

soma-se a esse número mais 13 unidades na condição de filhos de proprietários, cujas famílias são anexas à unidade dos pais, representando 96,6% do total. As unidades restantes se referem a empregados permanentes com destaque para trabalhadores na atividade de avicultura.

O caráter de sucessão familiar, uma das características da agricultura familiar, aparece como a forma predominante da propriedade da terra. Assim, 51,6% ou 31 unidades foram adquiridas na forma de herança familiar, 40% ou 24 unidades através de compra, sendo que muitas vezes a compra é feita entre os próprios familiares herdeiros, e 5 unidades de outras formas, como a posse por tempo habitado na unidade.

A média salarial predominantemente encontra-se na faixa de 2 a 3 salários mínimos, 41,6% ou 25 famílias. Expressiva também a presença de famílias com renda média mensal de 1 a 2 salários mínimos, essa subdivisão representa 36,5% ou 22 das 60 entrevistadas; 13 ou 21,6% das famílias declararam ter uma renda mensal maior que 3 salários mínimos, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 2: Famílias entrevistadas – Renda média em salários mínimos mensais

	Número de Unidades	Percentual
De 1 a 2 Salários mínimos	22	36,6 %
De 2 a 3 Salários mínimos	25	41,6 %
Mais de 3 Salários mínimos	13	21,6 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

A agricultura aparece como a principal atividade interna em 26 unidades pesquisadas, representando 43,3% destas, principalmente nos cultivos de soja e milho, com destaque para o intenso uso de máquinas, como tratores, colheitadeiras e insumos industrializados.

Chama atenção a grande quantidade de unidades que arrendam a atividade agrícola interna. É perceptível uma diferenciação econômica entre as unidades que têm por base a agricultura como principal atividade e fonte de renda, em alguns casos unidades mais dinamizadas com máquinas acabam por incorporar outras unidades, arrendando a área destinada a agricultura convencional. O arrendamento da terra é uma forma de garantir a sobrevivência e aos mesmo tempo a posse da terra, pois como já destacada essas famílias tem uma identidade territorial com a Comunidade, sendo, portanto, um mecanismo de vínculo com a terra.

A diferenciação econômica verificada ocorre devido a desproporcionalidades entre unidades que possuem máquinas para o desenvolvimento da agricultura e as que não possuem, ou em casos em que a área é maior e as condições de relevo facilitam a agricultura, provocando uma diferenciação econômica entre unidades e a incorporação ou arrendamento pelas maiores ou mais dinamizadas.

Além disso, devido aos altos investimentos e utilização de máquinas necessárias nas atividades agrícolas, as unidades onde a área destinada à agricultura é pequena, seu desenvolvimento representa um risco financeiro para a família, por comprometer um montante grande da receita familiar. São fatores que dificultam o desenvolvimento ou sobrevivência somente pela agricultura, conforme observado em Santos (2008) e também no território pesquisado.

É neste contexto que a pesquisa buscou compreender a importância da pluriatividade na comunidade de Palmeirinha, pois 51,6% ou 31 das 60 das famílias pesquisadas apresentam pelo menos um membro desenvolvendo atividade não-agrícola, considera-se esse o número de famílias pluriativas no universo pesquisado.

Tabela 3: Famílias pesquisadas - Número de membros pluriativos

	Número de famílias	Percentual
Apenas 1 membro	17	28,33 %
2 membros	11	18,33 %
3 membros	3	5,0 %
Nenhum membro	29	48,33 %
Total	60	99,99 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

A maior parte das famílias pluriativas apresenta 1 membro desenvolvendo atividade não-agrícola, sendo que esse arranjo familiar representa 28,3% das 60 pesquisadas e 54,8% das 31 famílias pluriativas. Estes dados indicam que a pluriatividade está presente na comunidade ao mesmo tempo que revela que o número de famílias (03) que tem 3 membros pluriativos é baixo.

No entanto, quando é analisada a principal fonte de renda das 60 famílias pesquisadas, as atividades agrícolas não são predominantes, como se poderia supor, considerando que são pequenas unidades de produção agropecuária que apresentam variadas fontes de renda e mesmo pelos riscos financeiros que as mesmas representam, como apontado anteriormente.

O que foi observado a partir dos resultados obtidos nos questionários aplicados é que o trabalho assalariado urbano (14 famílias) e rural (3), juntamente com aposentadorias/pensões (15), representa 53,3% da principal fonte de renda das 60 pesquisadas. O destaque é para as aposentadorias e pensões que se constituem em um direito social conquistado pelos agricultores no período da constituinte e que atualmente representa um mecanismo de permanência no campo, inclusive o salário de aposentados representa um incremento na renda familiar.

Tabela 4: Principal fonte de renda das famílias pesquisadas

	Número de Unidades	Percentual
Agricultura	12	20,0
Pecuária Leiteira	8	13,3
Assalariamento urbano	14	23,3
Assalariamento rural	3	5,0
Aposentadorias, pensões	15	25,0
Integração (Avicultura, fumo, etc)	6	10,0
Outros	2	3,3

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Já as atividades agrícolas como agricultura, pecuária leiteira e avicultura aparecem em 26 ou 43,3% das famílias como a principal fonte de renda.

A comparação entre unidades pluriativas e as que têm nas atividades agrícolas sua única fonte de renda apresenta-se da seguinte maneira: Quando se analisa a renda média mensal das famílias que desenvolvem somente atividades agrícolas, percebe-se que em 51,7% ou 15 das 29 unidades a renda média mensal é de 2 a 3 salários mínimos. Em 34,4% ou 10 das 29 unidades, a renda média mensal apresenta-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos, conforme a tabela a seguir.

Tabela 5: Comparação de renda média em salários mínimos mensais – Famílias pluriativas e não pluriativas pesquisadas

	Não pluriativas		Pluriativas	
	Famílias/N	%	Famílias/N	%
De 1 a 2 Salários mínimos	10	34,48 %	12	38,71 %
De 2 a 3 Salários mínimos	15	51,72 %	10	32,26 %
Mais de 3 Salários mínimos	4	13,79 %	9	29,03 %
Total	29	100%	31	100 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Para 13,7% ou 4 das unidades não-pluriativas, a renda mensal é de mais de 3 salários mínimos. São, em geral, unidades que conseguem se inserir no modelo de

produção agrícola existente, dinamizando a produção em termos de capital geralmente por apresentar tamanho e condições de relevo que possibilitem essa dinamização. Ainda há casos de diversificação agropecuária interna com outras atividades, como avicultura, contribuindo assim para o aumento da renda familiar.

O tamanho se constitui em uma variável que fomenta como já explicitado a pluriatividade. Pois ela interfere diretamente na renda obtida pelo processo produtivo. No entanto, na maioria das unidades onde as atividades agrícolas internas prevalecem, o tamanho das mesmas se encontra na faixa entre 0 até 5 alqueires, em 65,5% ou 19 das 29 unidades. O que se observa é a importância da família como força de trabalho nesta circunstância.

Na faixa de 5 a 10 alqueires, a porcentagem é de 24,1% ou 7 das 29 unidades. Ainda existem 2 ou 6,8% das unidades entre 10 e 20 alqueires e 1 unidade ou 3,4% com tamanho maior que 30 alqueires, como se observa na tabela a seguir.

Tabela 6: Tamanho das unidades: comparação entre pluriativas e não pluriativas

	Pluriativas		Não pluriativas	
	N	%	N	%
De 0 a 5 alqueires (de 0 a 12,1 ha)	25	80,65 %	19	65,51 %
De mais de 5 a 10 alqueires (de 12,1 a 24,2 ha)	4	12,90 %	7	24,13 %
De mais de 10 a 20 alqueires (de 24,2 a 48,4 ha)	1	3,23 %	2	6,89 %
De mais de 20 a 30 alqueires (de 48,8 a 72,6 ha)	1	3,23 %	0	0,0 %
De mais de 30 a 50 alqueires (de 72,6 a 121 ha)	0	0,0 %	1	3,44 %
Total	31	100%	29	100%

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Nas unidades onde o trabalho não-agrícola se faz presente, a faixa entre 0 e 12,1 hectares representa 80,6% ou 25 das 31 unidades, com um percentual maior nessa faixa se comparado com unidades onde as atividades agrícolas representam a única fonte de renda familiar.

As unidades que apresentam membros pluriativos situadas na faixa de 12,1 a 24,2 hectares representam 12,9% ou 4 das 31 unidades, percentual menor comparado com as unidades com renda somente agrícola nessa mesma faixa de tamanho.

Como pode se observar as unidades pluriativas apresentam um percentual maior na faixa de 0 a 12,1 hectares se comparado com unidades com rendas exclusivamente agrícolas. Essa característica é compreendida justamente pela maior incidência de membros trabalhando fora em unidades menores em tamanho de área, visto como

situações de impossibilidade de desenvolvimento familiar apenas com atividades agrícolas internas.

Já os extratos de unidades maiores são mais significativos nas famílias com rendas exclusivamente agrícolas, característica essa compreendida a partir de Santos (2008), em que unidades com áreas maiores de atividades agrícolas conseguem uma melhor adaptação às técnicas modernas utilizadas na agricultura e, conseqüentemente, maior renda e manutenção exclusivamente pelas atividades agrícolas.

A indústria é o principal destino dos agricultores familiares pluriativos entrevistados. São 12 famílias com pelo menos um membro trabalhador assalariado na indústria. O destaque é o frigorífico Agrogen, localizado próximo à cidade de Itapejara D'Oeste, onde se inserem pelo menos um membro de 7 famílias de agricultores pesquisadas.

O comércio aparece em 7 famílias pluriativas como o local de trabalho de algum membro assalariado. São famílias que geralmente, apenas uma pessoa trabalha no comércio e em algumas situações ocorrem combinações com outros membros familiares em outros setores. Os principais setores de trabalho dos agricultores pluriativos pesquisados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 7: Local de trabalho de agricultores pluriativos

	Famílias	Membros/Total
Na unidade	2	4
Outra unidade	7	10
Indústria	12	14
Comércio	7	9
Construção civil	3	3
Setor público	7	8
Outros	3	3

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Em 7 famílias existe pelo menos um membro vendendo a força de trabalho para outra unidade de produção agrícola como forma de diversificação das fontes de renda. Este trabalho remunerado em outra unidade agrícola não apresenta situações de formalidade nas relações de trabalho como predominantes, exceto em aviários de frango, onde a mão de obra contratada é definida a partir das normas Consolidação a Legislação Trabalhista (CLT). Porém, as demais situações se configuram como trabalhos informais

e/ou temporários, caracterizando uma situação de complemento de renda por parte dos agricultores pluriativos que vendem a força de trabalho em unidades mais capitalizadas.

A situação de propriedade da terra é percebida quando 31 famílias pluriativas entrevistadas, 20 ou 64,5% são proprietárias da unidade onde residem, percentual menor do que os não pluriativos, em que 25 ou 86,2% das 29 unidades são proprietários.

Na condição de filho de proprietários, o percentual das famílias pluriativas é de 29% ou 9 das 31 famílias; maior se comparado aos 13,7% ou 4 unidades das 29 não pluriativas. Esses dados são observados na tabela a seguir.

Tabela 8: Condição de uso da unidade: comparação entre pluriativas e não pluriativas

	Pluriativas		Não pluriativas	
	Unidades/N	%	Unidades/N	%
Proprietário (a)	20	64,52 %	25	86,20 %
Filho de proprietário (a)	9	29,03 %	4	13,79 %
Empregado	2	6,45 %	0	0%
Total	31	100%	29	100%

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Os dados organizados na tabela anterior explicitam situações em que filhos de proprietários recorrem muito mais a atividades não-agrícolas do que os pais. São vários os casos em que ocorre o desmembramento familiar e os filhos de proprietários acabam construindo moradia na mesma unidade, porém não trabalham nas atividades agrícolas internas.

As dificuldades de manutenção familiar somente pelas atividades agrícolas internas, tem sido o principal motivo que influenciam agricultores familiares na comunidade de Palmeirinha a praticar uma atividade não-agrícola, de acordo com a pesquisa: 54,8% ou 17 das 31 famílias entrevistadas declaram esse fator como responsável pelo trabalho fora da unidade.

Em 12,9% ou 4 famílias, a justificativa é o tempo livre na atividade agrícola como motivo principal. Outras 4 declaram que os membros que trabalham fora não têm ocupação nas atividades internas da unidade. Para 3 famílias, o principal fator é a oferta de trabalho não-agrícola de fácil acesso. Ainda, 2 famílias declaram outros motivos não contemplados no questionário e em 1 família é a atração pelas condições e postos de trabalho que influencia membros a trabalharem em atividades não-agrícola.

Sobre o percentual que a renda não-agrícola representa nas famílias pluriativas, os dados são os seguintes: em 11 ou 35,4% das 31 unidades pluriativas, o peso da renda não-

agrícola chega próximo a 100% do orçamento total da família. Em 9 ou 29% das unidades a renda externa representa menos que 50% da receita familiar, constituindo o segundo maior arranjo em termos de importância da renda não-agrícola, como exposto na tabela a seguir.

Tabela 9: Peso da renda não-agrícola no orçamento total das famílias pluriativas

	Famílias/N	%
Menos de 50 % da renda total	9	29,03 %
Aproximadamente 50 % da renda	7	22,58 %
Próximo a 100 % da renda	11	35,48 %
100 % da renda total	4	12,90 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Em 7 famílias ou 22,5% das pluriativas o peso da renda não agrícola na receita familiar é de aproximadamente 50%. Já para 4 ou 12,9% das unidades pluriativas a renda não-agrícola representa 100% da receita familiar.

A maioria das famílias com receita não-agrícola não investe a mesma em atividades agrícolas internas. Esse percentual é de 67,7% ou 21 das 31 famílias pluriativas, enquanto 19,3% ou 6 unidades declaram investir pequena parte da receita não-agrícola em atividades internas a unidade. E 12,9% ou 4 unidades investem grande parte da receita não-agrícola em atividades internas. Esta característica pode ser compreendida pelo valor da renda das famílias, cujos valores se destinam a reprodução familiar, evidenciando a importância da pluriatividade para a subsistência e a permanência no campo

São 83,8% das famílias pluriativas pesquisadas que declaram não ter intenção de morar na cidade, enquanto 16,1% consideram a possibilidade de morar na cidade. Além disso, 29 ou 93,5% declaram gostar de viver no campo e apenas 2 declaram insatisfação com o local de moradia. As respostas em relação a permanência e o apreço ao lugar são indicativos da identidade estabelecida com o espaço da comunidade.

Outro fator para analisar a importância do trabalho não-agrícola são os números referentes à principal fonte de renda das famílias pluriativas, em que o trabalho assalariado é a principal fonte de renda, o mesmo se torna mais significativo em termos econômicos em comparação com unidades que combinam rendas agrícolas e não-agrícolas.

De acordo com a tabela 10, 41,9% das famílias pluriativas tem no trabalho assalariado urbano a principal fonte de renda. Soma-se a esses números o trabalho assalariado rural em 4 (12,9%) unidades, mais 1 família com aposentadoria como

principal fonte de renda, são famílias com rendas não-agrícolas como predominantes no orçamento familiar.

Tabela 10: Principal fonte de renda das famílias pluriativas

	Número de Unidades	Percentual
Agricultura	6	19,4 %
Pecuária Leiteira	5	16,1 %
Assalariamento urbano	13	41,9 %
Assalariamento rural	4	12,9 %
Aposentadorias, pensões	1	3,2 %
Integração (Avicultura, fumo, etc)	2	6,5 %
Total	31	100 %

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Mas cabe destacar que 41,5% das famílias pluriativas tem nas atividades agropecuárias sua principal fonte de renda, sendo que as principais atividades são relacionadas ao cultivo (19,4%), a pecuária leiteira (16,1%) e a sistemas de integração (6,5%). Com exceção das atividades vinculadas ao cultivo as demais têm trabalhos diários a serem executados, inclusive exigindo mão de obra cotidiana para sua manutenção, mesmo que em tempo parcial como no caso da pecuária leiteira.

Nas 13 famílias que declaram o trabalho assalariado urbano como principal fonte de renda, 8 ainda têm a agricultura como principal atividade interna na unidade, pecuária leiteira e produção de verduras e frutas para comercialização têm 1 família cada categoria, respectivamente, como principal atividade interna na unidade.

Esses números podem ser compreendidos a partir da análise da tabela a seguir, juntamente com outras comparações de fontes de renda com atividades internas.

Tabela 11: Maior fonte de renda e principal atividade interna em unidades com famílias pluriativas

Renda/ Ativ.	Agricul.	Pecuária Leiteira	Alimentos p/consumo	Hortifrúteis/ venda	Avic.	Outros	Total
Assal. Urbano	8	1	3	1	0	0	13
Agricultura	4	0	0	1	0	1	6
Pecuária Leit.	1	4	0	0	0	0	5
Assal. Rural	0	0	0	0	2	2	4
Aposent./Pens	1	0	0	0	0	0	1
Avicultura	0	0	0	0	2	0	2
Total	14	5	3	2	4	3	31

Fonte: Trabalho de campo. Org. Musatto, R.M. 2016.

Em 3 famílias que têm no trabalho assalariado a principal fonte de renda, a principal atividade interna são pequenos cultivos somente para o complemento da alimentação.

São situações em que as próprias atividades agrícolas internas perdem importância tanto em termos econômicos quanto na ocupação e definição de tarefas por parte dos membros familiares, sendo que nessas situações as tradicionais formas de organização de agricultores presentes no Sudoeste paranaense desde a ocupação e constituição sofrem modificações, devido à inserção de membros em outros setores econômicos como trabalhadores assalariados.

Não são mais as trocas de dias entre agricultores ou os trabalhos esporádicos em outras unidades agrícolas presentes historicamente no território que se manifestam na agricultura familiar. E sim, em muitos casos, relações trabalhistas formais e vinculações com o mercado de trabalho que se apresentam, alterando a organização e atuação dos agricultores familiares.

A própria sobrevivência familiar somente a partir das atividades agrícolas internas se torna difícil. São novas exigências em termos de consumo e de atuação social das famílias, impossíveis de serem contempladas somente pelas atividades agrícolas, com um agravante em unidades pequenas que não conseguem se inserir de maneira adequada às dinâmicas e características do mercado agrícola.

Considerações

A importância econômica da pluriatividade para as unidades familiares vai depender e variar de acordo com as combinações de atividades agrícolas internas; quanto menor o peso da atividade agrícola, maior a necessidade de complementação da renda com o trabalho não-agrícola. Além disso, situações em que as atividades agrícolas são desenvolvidas a partir do intenso uso de máquinas e técnicas modernas liberam força de trabalho familiar para outras atividades.

A partir dessas características de famílias pluriativas, são inúmeras as possibilidades de combinação de atividades que irão determinar o peso e a importância das atividades não-agrícolas, tanto economicamente quanto na organização familiar em termos de ritmo de trabalho, convivência familiar e até mesmo de participação comunitária.

Mudanças nos ritmos de vida a partir do desenvolvimento da pluriatividade por membros familiares também são variadas de acordo com os arranjos familiares e as características como número de membros em trabalho não-agrícola, situação hierárquica do membro pluriativo na família e peso econômico da renda não-agrícola no orçamento familiar.

Em algumas combinações, a condição de um membro familiar trabalhando fora não altera o desenvolvimento da atividade agrícola interna, em outras situações a saída de um único membro pode impossibilitar e comprometer o trabalho agrícola na unidade.

Dessa forma, consideram-se as mudanças internas em famílias e unidades pluriativas como complexas e variadas, sendo que os níveis de importância tanto econômicos quanto organizacionais vão depender de uma série de fatores internos e externos para afirmação da pluriatividade como prática organizacional ou somente como um suporte econômico temporário para famílias de agricultores.

Na comunidade de Palmeirinha, Itapejara D'Oeste, portanto, é significativa a presença da pluriatividade na agricultura familiar. Fatores como as intensas relações territoriais com a cidade, as práticas e técnicas utilizadas nas atividades agrícolas, assim como fatores internos nas unidades, a necessidade de complementação da renda e até mesmo a liberação da mão de obra das atividades agrícolas contribuem para que isso ocorra.

Dentre os principais fatores internos verificados na pesquisa, as dificuldades de manutenção exclusivamente pelas atividades agrícolas apresentam-se como principais para o desenvolvimento da pluriatividade. Apesar disso, a maioria das famílias declara não ter a intenção de morar na cidade.

Alguns fatores culturais como a participação em atividades na comunidade, situações de parentesco e vizinhança além do estilo de vida de acordo com as entrevistas e relatos são considerados fatores contribuintes para a permanência no local de moradia, e dessa forma priorizando o deslocamento diário para a cidade ou outro local de trabalho fora da unidade de produção em situação de pluriatividade.

Constatam-se, assim, algumas alterações na organização familiar a partir da pluriatividade, tanto economicamente quanto nas ocupações e realizações de tarefas por parte dos membros, em comparação com as tradicionais formas de organização de agricultores presentes desde a ocupação territorial no Sudoeste paranaense.

As trocas de dias entre agricultores, assim como a realização de trabalhos assessoriais esporádicos em outras unidades, características de atuação de agricultores, são gradualmente substituídas por relações trabalhistas formais, vinculações com o mercado de trabalho e tornaram-se comum nas famílias pesquisadas.

Dessa forma, considera-se a pluriatividade a partir de estratégias desenvolvidas como influenciadas internamente a partir de duas características de organização: a) o desenvolvimento de atividade não-agrícola é visto como fundamental para manutenção da família; b) como complementação da renda em unidades tecnificadas com subocupação da força de trabalho, que não ocupam totalmente sua força de trabalho internamente.

No plano político, considera-se a pluriatividade como uma incapacidade do Estado em oferecer condições adequadas para a agricultura familiar desenvolver alternativas de reprodução social e econômica a partir de atividades internas na unidade de produção somente.

Ao mesmo tempo, evidencia o poder de atuação do capital privado no território, em que, além da consolidação da modernização da agricultura nos moldes das unidades com grandes extensões de terras, as próprias relações com as cidades na inserção de agricultores como trabalhadores assalariados pode ser compreendida como um aspecto da atuação do capital de maneira decisiva para a ocorrência da pluriatividade.

Compreende-se, portanto, a pluriatividade como característica presente na própria forma de organização da agricultura familiar, cujas atuações e adaptações territoriais são decorrentes e variáveis de acordo com as mudanças externas, e a partir de então ocorrem as estratégias internas nas famílias, mostrando-se diversas e variadas a partir dos inúmeros fatores.

Notas

¹O IBGE utiliza-se da definição das características definidoras de Agricultura Familiar presente na Lei Federal N° 11.326, de 24 de julho de 2006. “Neste trabalho, o conceito adotado foi o da Lei n° 11.326. Para delimitar a agricultura familiar no Censo Agropecuário segundo o princípio legal acima, foi utilizado o método de exclusão sucessiva e complementar, ou seja, para o estabelecimento ser classificado como de agricultura familiar precisava atender simultaneamente todas as condições estabelecidas” (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 07/08/2015.

Referências

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Turismo Rural na Agricultura Familiar: Uma abordagem Geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (Citur), Município de Colombo – PR.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2007.

_____. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, v.9 Jul./Dez.2007, p. 191-208.

FLÁVIO, Luiz Carlos. Memória(s) e Território: **Elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR.** (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2011.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ª Edição. Ver. - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

_____. **O Novo rural brasileiro.** 2ª Edição. rev. - 1ª. Reimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

MEIRA, Raquel Alves De. **Os jovens do campo no Município de Itapejara D'Oeste – PR.** (Monografia). Centro de Ciências Humanas. Bacharelado em Geografia - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2013.

MUSATTO, Rogério Michael. **Pluriatividade na Agricultura Familiar na comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara D' Oeste – PR.** UNIOESTE, Dissertação – Mestrado em Geografia. Francisco Beltrão, PR. 2016.

_____. **Pluriatividade na Agricultura Familiar do município de Itapejara D' Oeste – PR** (Monografia). Centro de Ciências Humanas. Bacharelado em Geografia - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2012.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar.** Tese (Doutorado em desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento rural, Porto alegre, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia Do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos: **Colonos Do Vinho.** Hucitec. São Paulo – SP. 1978.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná.** (tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP. 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 1 ed. Expressão Popular. São Paulo – SP. 2007.

_____. SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa PR, v.2, n.2, p.183-197, jul./dez., 2008.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 1º ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Editora da UFRGS. Porto Alegre – RS. 2003.

_____. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 nº. 51, Fevereiro de 2003.

Recebido em 31/05/2016.

Aceito para publicação em 30/12/2016.